ISSN: 2358-8829

ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA NO BRASIL: ENTRE METAS, DADOS E DESAFIOS

Raquel Alves Sobrinho [1]
Maysa Araujo Correia Souza [2]
Janine Oliveira Cardeal Bomfim [3]
Lilian Bárbara Cavalcanti Cardoso [4]
Simone da Costa Silva [5]

INTRODUÇÃO

A alfabetização é condição para o exercício pleno do direito à educação, assegurado pela Constituição Federal de 1988, e constitui o alicerce sobre o qual se edificam todas as demais aprendizagens escolares. Ao longo das últimas décadas, o país instituiu metas e mecanismos de monitoramento para assegurar que as crianças dominem a leitura e a escrita no início da escolaridade: o Plano Nacional de Educação (2014-2024) estabeleceu como meta alfabetizar todas as crianças até o final do 3º ano do Ensino Fundamental (Brasil, 2014); a Base Nacional Comum Curricular passou a indicar que esse processo se concentre nos dois primeiros anos (Brasil, 2018); e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), instituído em 2023, fixou metas progressivas de crianças alfabetizadas ao final do 2º ano (Brasil, 2023).

Apesar desse arcabouço, a alfabetização na idade certa permanece um desafio persistente. Os indicadores mais recentes revelam avanços, mas também mostram que parcela expressiva das crianças chega ao final do 2º ano sem domínio da leitura e da escrita e que milhões de jovens e adultos seguem à margem da cultura letrada ou a utilizam de forma limitada. Surge, então, o problema que orienta este estudo: por que, apesar da definição de metas oficiais e do monitoramento sistemático promovido pelo

[1] Professora Doutora do Centro de Educação, lotada no Colégio de Aplicação Telma Vitória da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, raquel.sobrinho@cedu.ufal.br;
[2] Professora Mestre do Centro de Educação, lotada no Colégio de Aplicação Telma Vitória da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, maysa.souza@cedu.ufal.br;
[3] Professora Doutora do Centro de Educação, lotada no Colégio de Aplicação Telma Vitória da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, janine.cardeal@cedu.ufal.br;
[4] Professora Doutora do Centro de Educação, lotada no Colégio de Aplicação Telma Vitória da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, lilian.cardoso@cedu.ufal.br;
[5] Professora Doutora do Centro de Educação, lotada no Colégio de Aplicação Telma Vitória da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, simonecostaufal@gmail.com.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Brasil ainda enfrenta dificuldades para garantir alfabetização plena até o 2º ano do Ensino Fundamental?

A hipótese de trabalho é que a discrepância entre os avanços quantitativos e a persistência de desigualdades estruturais — regionais, socioeconômicas e raciais — compromete a qualidade das aprendizagens e limita o alcance das metas. A relevância do tema justifica-se pela atualidade dos dados recentemente divulgados, pela necessidade de leituras que articulem indicadores de naturezas distintas e pelo fato de que os resultados da alfabetização inicial repercutem sobre toda a trajetória escolar e sobre a participação social dos sujeitos. O objetivo geral é analisar a relação entre metas, indicadores e desigualdades na alfabetização brasileira; os objetivos específicos são: (a) sistematizar os dados mais recentes do Indicador Criança Alfabetizada, do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, do Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) e do Censo Escolar; (b) examinar como as desigualdades regionais, socioeconômicas e raciais se expressam nesses dados; e (c) discutir o alcance e os limites das políticas públicas recentes.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de pesquisa quantitativa e documental, com análise comparativa de dados públicos referentes ao período 2023-2025. Os resultados indicam que 59,2% das crianças da rede pública estavam alfabetizadas ao final do 2º ano em 2024, crescimento de 3,2 pontos percentuais em relação a 2023, enquanto o Saeb 2023 registrou 49,3%. A taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais caiu para 5,3%, porém 29% dos brasileiros entre 15 e 64 anos permanecem analfabetos funcionais. Conclui-se que a universalização da alfabetização plena exige articulação entre avaliação, investimento contínuo, valorização docente e enfrentamento das desigualdades estruturais, de modo a converter metas quantitativas em transformações qualitativas na práxis pedagógica.

METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza quantitativa e documental, com caráter descritivo e comparativo. Foram utilizados exclusivamente dados secundários, de acesso público, obtidos nos portais institucionais do Inep, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Ministério da Educação (MEC) e do Inaf, realizado pela Ação

Educativa em parceria com o Instituto Paulo Montenegro. Esse procedimento permite a replicabilidade do estudo por qualquer pesquisador que acesse as mesmas bases oficiais.

O corpus foi composto por cinco conjuntos de informações: (I) os resultados do Indicador Criança Alfabetizada de 2023 e 2024, referentes às crianças da rede pública ao final do 2º ano do Ensino Fundamental; (II) os resultados do Saeb 2023 para a alfabetização, divulgados pelo Inep em 2025; (III) os indicadores de analfabetismo da PNAD Contínua 2024 do IBGE, para a população de 15 anos ou mais; (IV) os resultados do Inaf 2024, pesquisa amostral realizada entre dezembro de 2024 e fevereiro de 2025 com 2.554 entrevistados de 15 a 64 anos; e (V) as matrículas da educação básica no Censo Escolar 2025, do Inep. Complementarmente, foram analisados documentos de política pública relativos ao Programa Brasil Alfabetizado (PBA) e ao CNCA, bem como matérias de órgãos oficiais e da imprensa especializada que divulgaram e contextualizaram esses dados.

Os dados foram organizados em categorias analíticas — avanços quantitativos na alfabetização inicial; analfabetismo e alfabetismo funcional; desigualdades regionais; desigualdades socioeconômicas e raciais; cobertura e matrículas; e políticas públicas — e confrontados entre si e com a literatura da área. Registram-se limites que condicionam as interpretações: os indicadores têm metodologias, populações e naturezas distintas (avaliações de larga escala, pesquisas domiciliares e censo administrativo), de modo que não são diretamente comparáveis; alguns resultados (como os do Inaf) são amostrais; e parte das informações foi acessada por meio de divulgações jornalísticas dos órgãos responsáveis, o que recomenda a consulta às bases originais para conferência. Por utilizar apenas informações de acesso público e sem identificação de sujeitos, a pesquisa não requer apreciação por comitê de ética, conforme a Resolução CNS nº 510/2016 (BRASIL, 2016).

REFERENCIAL TEÓRICO

Compreender a alfabetização exige distinguir, sem separar, dois processos. Para Soares (2003), alfabetizar é ensinar a ler e a escrever, ou seja, desenvolver a apropriação do sistema de escrita alfabético-ortográfico; letrar é desenvolver os usos sociais da leitura e da escrita nas práticas cotidianas. Alfabetização e letramento são processos distintos e interdependentes: a criança aprende o sistema de escrita à medida que participa de eventos de uso da língua escrita, e esses usos só se ampliam quando ela domina a técnica. Essa

distinção ajuda a interpretar a diferença entre os indicadores analisados neste estudo: as avaliações da alfabetização inicial buscam aferir sobretudo o domínio básico da leitura e da escrita, enquanto o alfabetismo funcional mede a capacidade de mobilizar esse domínio em tarefas da vida social.

A perspectiva psicogenética de Ferreiro e Teberosky (1985) deslocou o foco do método para o sujeito que aprende, mostrando que a criança elabora hipóteses sobre a escrita antes e durante a escolarização. Em outra chave, Freire (1989) afirma que a leitura da palavra é precedida e acompanhada pela leitura do mundo, o que remete a alfabetização a um ato político e cultural, não apenas técnico. Ambas as contribuições sustentam que a qualidade da alfabetização depende de condições didáticas, culturais e sociais que ultrapassam a mera decodificação e que as metas quantitativas, para serem significativas, precisam traduzir-se em práticas pedagógicas consistentes.

Do ponto de vista sociológico, Bourdieu e Passeron (1975) argumentam que o sistema de ensino tende a converter desigualdades de origem social em desigualdades de desempenho escolar, legitimando-as. No Brasil, essa relação é agravada por desigualdades regionais, raciais e de renda historicamente construídas, o que torna o direito à educação, nos termos discutidos por Cury (2002), inseparável do princípio da igualdade de condições de acesso e permanência. A formação e a valorização docente, por sua vez, são condições centrais para que o direito se efetive: Gatti (2010) identifica, na formação de professores brasileira, fragilidades que repercutem diretamente sobre as práticas de ensino, em especial nos anos iniciais. É a partir desse conjunto de referências que se analisam, a seguir, os dados e as políticas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Avanços quantitativos na alfabetização inicial

Segundo os dados do Indicador Criança Alfabetizada, 59,2% das crianças da rede pública estavam alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental em 2024, o que representa avanço de 3,2 pontos percentuais em relação a 2023, quando o índice foi de 56%, e aproxima o país da meta nacional de 60% fixada para aquele ano (Brasil, 2025a; UNDIME, 2025). Onze estados alcançaram ou superaram a meta, e o Ceará liderou o ranking, com 85,3% (INEP, 2025). As metas seguintes estabelecem 64% para 2025 e 80% para 2030 (Brasil, 2025b). O resultado, portanto, é positivo em termos de trajetória; mas

ISSN: 2358-8829

o mesmo dado revela que 40,8% das crianças da rede pública, quase quatro em cada dez, ainda não estavam alfabetizadas ao final do 2º ano.

Os resultados do Saeb 2023 impõem cautela adicional. O Inep informou que 49,3% das crianças estavam alfabetizadas segundo essa avaliação, índice abaixo do nível anterior à pandemia (Agência Brasil, 2025b). Os dados reunidos para esta pesquisa apontam 60,3% em 2019 como referência pré-pandêmica. A divulgação desses números pelo Inep ocorreu apenas em abril de 2025 e foi objeto de controvérsia pública, em razão do intervalo de oito meses em que permaneceram sem divulgação (G1, 2025). A diferença entre 49,3% (Saeb 2023) e 56% (Indicador 2023) não pode ser lida como contradição simples: tratam-se de instrumentos com desenhos e finalidades distintos, e o próprio fato de dois números oficiais conviverem para o mesmo ano indica que a comunicação dos resultados, e não apenas os resultados, é parte do problema. Quando a política pública se orienta por metas numéricas, a transparência metodológica e a estabilidade dos indicadores tornam-se condição para que o monitoramento cumpra sua função.

Esse achado dialoga com a distinção de Soares (2003): uma meta bem-sucedida de alfabetização só é efetiva se o critério de "alfabetizada" corresponder a um domínio consistente da leitura e da escrita. Os avanços observados são relevantes, mas, ao se tomar o indicador como fim em si mesmo, corre-se o risco de que a política se organize para a medida, e não para as aprendizagens que a medida pretende representar.

Analfabetismo e alfabetismo funcional

Quanto à população com 15 anos ou mais, a PNAD Contínua 2024 registrou taxa de analfabetismo de 5,3%, o que corresponde a 9,1 milhões de pessoas. Trata-se do menor valor da série comparada, que parte de 6,7% em 2016, e representa redução de aproximadamente 197 mil analfabetos em relação a 2023 (IBGE, 2025a, 2025b). As mulheres registraram taxa de 5,0% e os homens, de 5,6% (CNN Brasil, 2025). A queda é consistente com a expansão histórica do acesso à escola e com a substituição geracional de coortes menos escolarizadas por outras mais escolarizadas, mas permanece concentrada no extremo mais velho da população, o que indica que o estoque de analfabetismo não se reduz apenas pela ação da escola regular de crianças.

O quadro se torna mais complexo quando se considera o alfabetismo funcional. O Inaf 2024 manteve em 29% a proporção de pessoas de 15 a 64 anos classificadas nos níveis rudimentar e elementar, ou seja, analfabetas funcionais, o que corresponde a cerca de 40 milhões de brasileiros e não indica recuo em relação a 2018; apenas cerca de 25%

ISSN: 2358-8829

atingem o nível pleno de alfabetismo (Instituto Paulo Montenegro; Ação Educativa, 2024; Fundação ITAÚ, 2025). A escolaridade e a renda aparecem como os principais fatores associados aos níveis de proficiência. Ao se compararem os dois indicadores, nota-se que apenas 5,3% se declaram incapazes de ler e escrever, ao passo que 29% não conseguem utilizar a escrita e os números de modo eficaz em situações cotidianas. A distância entre esses percentuais mostra que a escolarização, por si só, não assegura o letramento no sentido empregado por Soares (2003): é possível frequentar a escola, e até concluir etapas, sem desenvolver os usos sociais da leitura e da escrita. Em termos freireanos (Freire, 1989), o que está em jogo é a condição de ler o mundo e nele intervir.

Desigualdades regionais

A distribuição territorial do analfabetismo evidencia desigualdades históricas. A PNAD Contínua 2024 mostra que o Nordeste concentra 55,6% dos analfabetos do país (IBGE, 2025a), e dados do IBGE divulgados em 2023 situam a taxa nordestina em 11,7%, contra 6,4% na região Norte, 3% no Sul e 2,9% no Sudeste (Agência Brasil, 2023). Quando se observam as taxas de alfabetização por unidade da federação, Santa Catarina aparece com 97,3%, ao passo que Alagoas (82,3%) e Piauí (82,8%) ocupam as últimas posições; a diferença entre Santa Catarina e Alagoas reduziu-se de 20,9 pontos percentuais em 2010 para 15 pontos em 2022 (Fundação João Pinheiro, 2023). Há, portanto, redução da disparidade, mas em ritmo insuficiente para superá-la em prazo razoável, o que é particularmente relevante para os autores deste trabalho, vinculados a uma instituição de ensino federal em Alagoas.

Os dados de alfabetização das crianças permitem, contudo, uma leitura menos determinista. O desempenho do Ceará, com 85,3% de crianças alfabetizadas ao final do 2º ano, indica que, mesmo em regiões marcadas por indicadores sociais desfavoráveis, é possível alcançar resultados elevados quando há continuidade de política e coordenação entre as esferas de governo. Esse resultado merece investigação própria, que identifique que componentes dessa experiência (formação docente, materiais, acompanhamento, cooperação entre estado e municípios) podem ser transpostos a outros contextos. A hipótese que se sustenta aqui é a de que a desigualdade regional não decorre de fatalidade territorial, e sim de desigualdades de capacidade institucional, de financiamento e de condições de trabalho, tal como indicam Bourdieu e Passeron (1975) ao tratar da relação entre origem social e desempenho escolar.

ISSN: 2358-8829

Desigualdades socioeconômicas e raciais

Os recortes de cor ou raça são expressivos. Entre pessoas pretas e pardas de 15 anos ou mais, a taxa de analfabetismo é de 8,2%, ao passo que entre as brancas é de 3,3% (Agência Brasil, 2023). Entre pessoas idosas pretas e pardas, o índice alcança 27,2%, embora a série histórica mostre queda do analfabetismo nesse grupo ao longo de onze anos (Agência Brasil, 2025a; UNIT, 2025). Os dados indicam, ainda, que o analfabetismo é mais frequente entre pessoas pobres e residentes em áreas rurais, e que o Nordeste combina as maiores distâncias raciais e socioeconômicas. No Inaf, a escolaridade e a renda se associam fortemente aos níveis de alfabetismo (Instituto Paulo Montenegro; Ação Educativa, 2024).

Esses números confirmam que o analfabetismo no Brasil tem cor, território e classe. Na chave de Bourdieu e Passeron (1975), a escola, ao tratar como iguais os que são desiguais em capital cultural e econômico, tende a reproduzir diferenças de origem. Em termos de direito à educação (Cury, 2002), a universalização formal do acesso não basta se não for acompanhada de condições efetivas de permanência e aprendizagem, o que inclui infraestrutura escolar adequada, materiais, formação docente continuada e redes de apoio às famílias. Registre-se, por fim, uma limitação das fontes consultadas: os recortes raciais e regionais disponíveis nos materiais reunidos para a alfabetização de crianças são escassos, sendo recomendável que as próximas divulgações do Inep apresentem o Indicador Criança Alfabetizada desagregado por cor ou raça, nível socioeconômico e localização.

Cobertura e matrículas

O Censo Escolar 2025 aponta queda das matrículas na educação básica, que passaram a cerca de 46 milhões (CNN Brasil, 2026). Na educação infantil, as creches (0 a 3 anos) registraram 4,18 milhões de matrículas, redução de 0,13% em relação a 2024, e as pré-escolas (4 e 5 anos) somaram 5,10 milhões, queda de 3,8%, perfazendo cerca de 9,28 milhões de matrículas na etapa, majoritariamente na rede pública, com 32% das creches privadas (Jornal De Brasília, 2025; JEDUCA, 2025). No Ensino Fundamental, os anos iniciais (6 a 10 anos) contabilizaram 14,51 milhões de matrículas e os anos finais (11 a 14 anos), 11,29 milhões, com cobertura próxima de 99%; o Ensino Médio (15 a 17 anos) somou 7,36 milhões, redução de cerca de 140 mil (Agência Brasil, 2026; JEDUCA, 2025). As quedas são associadas, em grande medida, a fatores demográficos.

ISSN: 2358-8829

A leitura conjunta com os indicadores de alfabetização permite duas observações. Primeiro, o problema brasileiro não é, no Ensino Fundamental, de acesso: a cobertura é praticamente universal, o que desloca o foco para o que ocorre dentro da escola, isto é, para a qualidade do ensino, o tempo efetivo de aprendizagem e a formação docente (Gatti, 2010). Segundo, a queda de 3,8% na pré-escola é motivo de atenção, pois essa etapa, obrigatória a partir dos 4 anos desde a Emenda Constitucional nº 59/2009 (Brasil, 2009), é o espaço em que se constroem as bases do contato com a escrita; a redução de matrículas, ainda que de origem demográfica, não deve ser tratada como neutra, e exige que o planejamento da oferta acompanhe a demanda real e as desigualdades de acesso, em especial na creche, cuja ampliação é condição para a equidade desde a primeira infância.

Políticas públicas recentes

No plano das políticas, destacam-se duas iniciativas de naturezas distintas. O Programa Brasil Alfabetizado, com previsão de cerca de R$ 964 milhões até 2027, oferta aproximadamente 900 mil vagas e prioriza públicos vulneráveis (populações rurais, indígenas e quilombolas) em municípios com altos índices de analfabetismo (Brasil, 2025b). O CNCA, instituído em 2023, tem como foco a alfabetização das crianças e atua por meio de formação docente, melhoria da infraestrutura, apoio técnico e financeiro aos entes federados e de um selo de reconhecimento de boas práticas, com metas progressivas até 2030 (Brasil, 2023; Brasil, 2025b). Em março de 2025, o Senado aprovou projeto que transforma a alfabetização até o 2º ano em esforço nacional permanente (Senado Federal, 2025).

Uma leitura articulada dessas políticas evidencia que elas atuam sobre dois fenômenos diferentes: o PBA incide sobre o estoque de pessoas jovens e adultas não alfabetizadas, ao passo que o CNCA busca interromper a produção de novos analfabetos, atuando sobre o fluxo escolar. Ambas são necessárias; mas a literatura e os dados sugerem que a segunda é decisiva, pois o analfabetismo funcional adulto, que se mantém em 29%, é, em grande parte, o resultado de trajetórias escolares que não consolidaram a alfabetização na infância. Os principais desafios apontados pelos dados são a implementação em redes de capacidades muito desiguais, o risco de descontinuidade em ciclos de gestão e a necessidade de que a regulamentação em lei seja acompanhada de financiamento estável. A inscrição da política em lei é um avanço institucional, porque a protege das alternâncias de governo, mas não substitui a valorização da carreira docente

ISSN: 2358-8829

e as condições de trabalho nas escolas, que são o local em que a alfabetização efetivamente se realiza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo analisou por que, apesar de metas e avaliações sistemáticas, o Brasil ainda enfrenta dificuldades para garantir a alfabetização plena até o 2º ano do Ensino Fundamental. Os resultados mostram progresso: 59,2% das crianças da rede pública estavam alfabetizadas em 2024, a taxa de analfabetismo caiu para 5,3% e onze estados cumpriram a meta de 60%. Mostram também que o progresso é insuficiente e desigual: quase quatro em cada dez crianças não estavam alfabetizadas ao final do 2º ano, o Saeb 2023 registrou 49,3%, 29% dos brasileiros de 15 a 64 anos seguem como analfabetos funcionais e a incidência do analfabetismo se concentra no Nordeste, entre pessoas negras, pobres e idosas.

Em resposta ao problema de pesquisa, argumenta-se que a dificuldade não reside na ausência de metas ou de avaliações, mas na distância entre indicadores quantitativos e as condições qualitativas que sustentam a aprendizagem: infraestrutura, formação e valorização docente, tempo escolar e condições de permanência. Políticas como o PBA e o CNCA representam avanços institucionais, mas dependem de implementação equitativa, financiamento contínuo e coordenação federativa. A universalização da alfabetização plena exige, assim, articulação entre avaliação, investimento, valorização docente e enfrentamento das desigualdades estruturais, alinhando as metas quantitativas a transformações na práxis pedagógica.

Como limitações, apontam-se o caráter documental e secundário dos dados, a não comparabilidade direta entre indicadores e a escassez de recortes raciais e socioeconômicos para a alfabetização das crianças. Sugere-se, para pesquisas futuras, estudos de caso de redes com resultados elevados em contextos adversos, como o do Ceará; análises que cruzem os resultados do Indicador Criança Alfabetizada com cor ou raça e nível socioeconômico; e investigações qualitativas sobre as práticas de alfabetização nas escolas, de modo a compreender como as metas se traduzem, ou não, em aprendizagem.

REFERÊNCIAS

AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) 2024**. São Paulo, 2024. Disponível em: https://alfabetismofuncional.org.br. Acesso em: 17 out. 2026.

AGÊNCIA BRASIL. IBGE revela desigualdade no acesso à educação e queda no analfabetismo. **Agência Brasil**, Brasília, jun. 2023. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-06/ibge-revela-desigualdade-no-acesso-educacao-e-queda-no-analfabetismo. Acesso em: 17 out. 2026.

AGÊNCIA BRASIL. Analfabetismo entre pessoas idosas negras cai em 11 anos. **Agência Brasil**, Brasília, nov. 2025a. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2025-11/analfabetismo-entre-pessoas-idosas-negras-cai-em-11-anos. Acesso em: 17 out. 2026.

AGÊNCIA BRASIL. Taxa de alfabetização era de 49,3% no Brasil em 2023, diz Inep. **Agência Brasil**, Brasília, abr. 2025b. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2025-04/taxa-de-alfabetizacao-era-de-493-no-brasil-em-2023-diz-inep. Acesso em: 17 out. 2026.

AGÊNCIA BRASIL. Ensino fundamental atinge 99,5% de frequência; atraso escolar cai. **Agência Brasil**, Brasília, fev. 2026. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2026-02/ensino-fundamental-atinge-995-de-frequencia-atraso-escolar-cai. Acesso em: 17 out. 2026.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 nov. 2009.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 jun. 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 maio 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 jun. 2023.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. Indicador de alfabetização avança e atinge 59,2% em 2024. **Gov.br**, Brasília, jul. 2025a. Disponível em:

https://www.gov.br/secom/pt-br/acompanhe-a-secom/noticias/2025/07/indicador-alfabetizacao-avanca-e-atinge-59-2-em-2024. Acesso em: 17 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Ações do MEC buscam garantir a alfabetização. **Gov.br**, Brasília, set. 2025b. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/setembro/acoes-do-mec-buscam-garantir-a-alfabetizacao. Acesso em: 17 out. 2026.

CNN BRASIL. Brasil tinha 9,1 milhões de analfabetos em 2024, aponta IBGE. **CNN Brasil**, São Paulo, 2025. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/educacao/brasil-tinha-91-milhoes-de-analfabetos-em-2024-aponta-ibge/. Acesso em: 17 out. 2026.

CNN BRASIL. Educação básica tem queda recorde de matrículas em 2025, diz Censo Escolar. **CNN Brasil**, São Paulo, 2026. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/educacao/educacao-basica-tem-queda-recorde-de-matriculas-em-2025-diz-censo-escolar/. Acesso em: 17 out. 2026.

CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 245-262, jul. 2002.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1989.

FUNDAÇÃO ITAÚ. Analfabetismo funcional atinge 29% dos brasileiros, aponta novo estudo do Inaf. **Fundação Itaú**, São Paulo, 2025. Disponível em: https://www.fundacaoitau.org.br/noticias/educacao/analfabetismo-funcional-atinge-29-dos-brasileiros-aponta-novo-estudo-do-inaf. Acesso em: 17 out. 2026.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Observatório de Desigualdades**. Belo Horizonte, 2023. Disponível em: https://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/?p=3797. Acesso em: 17 out. 2026.

G1. Saeb Criança Alfabetizada: entenda a polêmica dos números omitidos pelo Inep por 8 meses. **G1**, 4 abr. 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/educacao/noticia/2025/04/04/saeb-crianca-alfabetizada-entenda-a-polemica-dos-numeros-omitidos-pelo-inep-por-8-meses.ghtml. Acesso em: 17 out. 2026.

GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out.-dez. 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua: Educação 2024**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025a. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/80f8445b4b7a92d561ea8a641e50869b.pdf. Acesso em: 17 out. 2026.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Indicadores educacionais avançam em 2024, mas atraso escolar aumenta. **Agência de Notícias IBGE**, Rio de Janeiro, 2025b. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43699-indicadores-educacionais-avancam-em-2024-mas-atraso-escolar-aumenta. Acesso em: 17 out. 2026.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Avaliação da alfabetização**: resultados. Brasília: Inep, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/avaliacao-da-alfabetizacao/resultados. Acesso em: 17 out. 2026.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO; AÇÃO EDUCATIVA. **Inaf 2024**: dados do Indicador de Alfabetismo Funcional. São Paulo, 2024. Disponível em: https://alfabetismofuncional.org.br/dados-inaf-2024.pdf. Acesso em: 17 out. 2026.

JEDUCA. Censo Escolar 2025: para ir além da cobertura dos números gerais. **Jeduca**, 2025. Disponível em: https://jeduca.org.br/noticia/censo-escolar-2025-para-ir-alem-da-cobertura-dos-numeros-gerais. Acesso em: 17 out. 2026.

JORNAL DE BRASÍLIA. Matrículas na creche e pré-escola voltam a cair no Brasil em 2025. **Jornal de Brasília**, Brasília, 2025. Disponível em: https://jornaldebrasilia.com.br/noticias/brasil/matriculas-na-creche-e-pre-escola-voltam-a-cair-no-brasil-em-2025/. Acesso em: 17 out. 2026.

SENADO FEDERAL. Aprovado esforço nacional permanente de alfabetização até 2º ano do ensino fundamental. **Agência Senado**, Brasília, 18 mar. 2025. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/03/18/aprovado-esforco-nacional-permanente-de-alfabetizacao-ate-2o-ano-do-ensino-fundamental. Acesso em: 17 out. 2026.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2003.

UNDIME. MEC divulga resultados da alfabetização 2024. **Undime**, 12 jul. 2025. Disponível em: https://undime.org.br/noticia/12-07-2025-06-20-mec-divulga-resultados-da-alfabetizacao-2024. Acesso em: 17 out. 2026.

UNIT. Abismo racial marca o analfabetismo no Brasil e o Nordeste lidera estatísticas. **Portal Unit**, Aracaju, 2025. Disponível em: https://portal.unit.br/blog/noticias/abismo-racial-marca-o-analfabetismo-no-brasil-e-o-nordeste-lidera-estatisticas/. Acesso em: 17 out. 2026.